

**Camponeses da floresta:  
apontamentos para a compreensão  
da diferenciação dos trabalhadores  
seringueiros e da formação do  
campesinato acreano\***

*Peasants of the forest: points to the  
comprehension of the differentiation  
of the rubber tapper workers and the  
formation of the acrean peasantry*

*Campesinos de la selva: reflexiones  
para comprender la diferenciación  
de los trabajadores del látex y de la  
formación del campesinado acreano*

**Silvio Simione da Silva**

Doutor em Geografia pela FCT/UNESP  
Prof. Adjunto do Departamento de Geografia da UFAC  
Rua Venezuela, 207 - Bairro da Cadeia Velha  
CEP: 69.900-280 - Rio Branco - AC  
[ssimione@bol.com.br](mailto:ssimione@bol.com.br)

\* Trabalho apresentado como atividade avaliativa do II Seminário de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, cujo a temática foi: "Natureza e cultura – as duas faces da moeda" pela Profa. Dra. Bernadete Castro Oliveira do DEPLAN/IGCE/UNESP – Rio Claro, no II Semestre de 2001.

**Resumo:** Este artigo é um pequeno ensaio sobre a questão camponesa na Amazônia-acreana. Apresentamos alguns apontamentos para a compreensão espaço/temporal formação do campesinato local a partir do seringueiro, migrante nordestino recrutado para a extração do látex, na floresta desde os finais do século XIX. Nisto, apontamos para compreensão do sentido deste campesinato com suas raízes nordestinas, mas que aqui, perante a rudeza de uma formação espacial e socioambiental na floresta amazônica, apresentando se com certas especificidades.

**Palavras-chave:** Campesinato; Amazônia; Floresta; Trabalho; Espaço/tempo.

**Resumen:** Este artículo es un pequeño ensayo sobre la temática campesina en la amazonia-acreana, en el cual presentamos algunas reflexiones para comprender, espacial y temporalmente, la formación del campesinado local a partir del *seringueiro*, emigrante de la región nordeste de Brasil, reclutado para la extracción del látex en la selva, desde finales del siglo XIX. En nuestro análisis, destacamos para la comprensión del sentido de ese campesinado con raíces del nordeste que, frente a la rudeza de una formación espacial y socio-ambiental en la selva amazónica, desarrolla ciertas especificidades.

**Palabras-clave:** Campesinado; Amazonia; Selva; Formación socioespacial; Trabajo; Espacio/tiempo.

**Abstract:** this article is a short essay about peasant question in the acrean amazon. We present some points to the comprehension space/temporal formation of the local campestral from the rubber tapper northeastern migrant selected to de latex extraction in the forest since the end of nineteenth century. In this, we point to the comprehension of the meaning of this campestral with it's northeastern of roots, but here, in front of a rudeness of a socio-ambiental and spacial formation in the amazon forest presenting itself with certain specifities.

**Keywords:** Peasantry; Amazon; Forest; Socio-spacial formation; Work; Space/time.

Nós somos camponeses, que nascemos e crescemos na Floresta Amazônica, descendentes de nordestinos, tangidos pela seca. Nossos pais chegaram naquela região ainda crianças e foram trabalhar na exploração da borracha, na fabricação de borracha ou na quebra de castanha.

(BARROS<sup>1</sup>, 1990, p. 24)

## Propósitos deste tópico

Neste trabalho buscamos fazer alguns apontamentos para uma compreensão como e quando numa escala espaço/temporal, o seringueiro da Amazônia-acreana, migrante nordestino recrutado para a extração do látex, irrompendo das estruturas do trabalho compulsório dos seringais inicia e conquista maior autonomia e lança as bases para a recriação de um campesinato na região. Nisto, apontamos para compreender o sentido deste campesinato amazônico-acreano, em suas raízes na rigorosa sociedade sertaneja camponesa do Nordeste, mas que aqui se reproduz frente à rudeza de uma formação espacial e sócio-ambiental na floresta amazônica. Homens marginalizados e explorados nos sertões secos do Nordeste, que são submetidos semi-escravizados nos rincões úmidos da Floresta Amazônica, mas que traz consigo em sua essência a condição de trabalhador autônomo e familiar, e de sua lógica de reprodução que contraria à lógica impostas pelo capital que o submete no seringal.

## Do sertão à floresta: a mobilidade social no início da exploração da borracha

### *Especificidade camponesa do trabalhador migrante nordestino*

A idéia de um campesinato amazônico-acreano não deve ser visto como algo recente no âmbito da ocupação desta área territorial do Brasil. Entendemos esta diferenciação na classe de trabalhadores que migraram para esta parte sul-ocidental da Amazônia para a extração do látex (ocupando terras em que eram habitadas por indígenas<sup>2</sup>), começou a ocorrer no período das lutas pelo domínio do território acreano frente à Bolívia e Peru e paulatinamente vai se consolidando a partir de 1903, quer seja pelo reconhecimento da licença de ocupação de colonos, quer seja nos períodos de crises da produção da borracha que atinge a região após 1912 e, no contexto da miséria e abandono gerado, não caberia alternativa ao seringueiro que não migrou para fora do seringal, senão plantar para garantir a subsistência mínima.

Todavia, discutir o princípio do campesinato entre a população seringueira, parece-nos ser necessário também entender que o tempo de um campesinato amazônico-acreano retrocede ao próprio período de sua introdução no sistema produtivo das empresas extrativas

<sup>1</sup> Raimundo Barros é seringueiro acreano, primo de Chico Mendes, sindicalista de Xapuri. Atualmente é sindicalista e militante fundador do PT no referido município.

<sup>2</sup> Vale ressaltar que os indígenas foram expulsos, massacrados e semi-exterminados no conjunto do avanço da frente pioneira extrativista da borracha, nas últimas décadas do século XIX, por seringueiros sob o comando dos capitalistas, nas pessoas dos seringalistas financiados pelas casas aviadoras de Belém e Manaus.

naturais que se materializaram nas propriedades latifundiárias dos seringais. Nisto a atenção deve ser dada para a questão que este sujeito social que era retirado do Nordeste Brasileiro e deslocado para estes confins da Amazônia a produzir riqueza para outrem – a borracha natural, já se constitui em grupos sociais de sertanejos, camponeses nordestinos, que ao serem reintroduzidos como mão-de-obra para a extrativismo perde sua condição de trabalhador autônomo, sua força-de-trabalho familiar livre, seu domínio sobre o meio de produção e, enfim, as forças capitalistas os recriam aqui, em condição de “trabalho compulsório”, preso ao seringal por dívidas. Partindo destes pressupostos já se torna possível começarmos a ter um perfil destes grupos camponeses e sua diferenciação no contexto da formação social econômica e territorial acreana.

Assim, ao formar a base fundiária para a produção da borracha no domínio da propriedade da terra, juridicamente se pode falar apenas nos grandes latifúndios, nas como unidades capitalistas voltados para o extrativismo vegetal, especialmente da borracha. Unidade familiar germinava-se na colocação, sendo, porém muito longe de ter um trabalhador autônomo e até mesmo familiar, pois a mão-de-obra do seringal era predominantemente masculina.

O processo migratório do Nordeste envolveu dois tipos sociais bem distintos. Por um lado, uma minoria de pessoas com algumas posses, ou bem relacionadas que obtinham financiamentos do capital aviador de Belém e Manaus para comandar o processo de exploração da borracha e, por outro houve uma grande maioria de mão-de-obra braçal que deslocado do Nordeste para a Amazônia-acreana destinar-se-ia quase exclusivamente ao trabalho de extração do látex<sup>3</sup>.

Tentando agora entender um pouco do perfil deste trabalhador, Abguar Bastos (In: COSTA, 1940, p. 9-10) faz nos uma excelente caracterização,

O cearense e o Acre eram dois destinos ainda sem comunicação com a vida: o primeiro a procura duma terra que o recebesse, o segundo a procura de um povo que o tomasse. Ambos pareciam providencialmente, preparados para encontrar-se um dia. Ambos indesejáveis, soturnos, ásperos, trágicos. Ambos espancando das costas um deserto agressivo. Um carregado de filhos. Outro carregado de rios.

Nota-se aí aspecto do sertanejo nordestino, sua busca pela terra para trabalhar, sua situação de incomodo social (indesejável) e da mobilidade constante com sua numerosa família (que na hora da migração quase sempre não pode trazer inicialmente). Mas uma característica notável é que estes homens eram, sobretudo um esperançoso, e apesar de tudo esperava de uma nova vida na Amazônia. Para este migrante, a Amazônia era terra de novas possibilidades, como a de superar a vida miserável do sertão castigado muito mais pelo poder do latifúndio nordestino na força dos coronéis de que pela seca<sup>4</sup> e, obter fartura e até riqueza.

<sup>3</sup> Samuel Benchimol (1977, p. 177), colocava que no contexto da produção no seringal, “seringa e roça, portanto, não rimam bem. O roçado só existe quando a seringa falece. Na época de crise até que se vive bem nos seringais. Pelo menos o homem toma interesse para a plantação e volta suas vistas a terra”.

<sup>4</sup> A respeito disto é recomendável a leitura do excelente trabalho do Sr. Mário Diogo de Melo “Do Sertão cearense às barrancas do Acre” (1994), que relata a trajetória de João Gabriel, seu avô, um camponês do sertão do Ceará, homem simples, trabalhador, pobre, discriminado que prensado pelo poder do latifúndio nordestino que na década de 70 do século XIX, saiu em busca de novas oportunidades da vida e chegou a Amazônia e tornou-se um seringalista bem sucedido.

Isto, pois, em suas vidas miseráveis, no Brasil, estes homens deslocando para cortar seringa se colocavam nas últimas escalas sociais superando apenas os indígenas. Esses migrantes, “pertencia às castas infelizes do camponês e do trabalhador rural. É verdade que sobrevivia, mas como cacto no areal. Sobrevivia como fenômeno humano” (BASTOS, In: COSTA, 1940, p. 10).

Ademais, cabe ressaltar que um relato histórico que enumera bem esta característica campesina dos primeiros migrantes nordestinos para o Acre é o trabalho do Dr. Jersey Pacheco Nunes (1996) “Memórias de um seringueiro”, em que de forma brilhante o autor relata a história real de um grupo de camponeses nordestinos que habitavam o Arraial de Canudos, lutando na resistência até destruição. Em face de violência impetrada pelo poder público da época na destruição do arraial, estes fogem e acabam por ingressarem nas correntes migratórias para o Acre nos últimos anos da década de 90 do século XIX.

Com isto podemos ter um breve perfil do homem trabalhador que fora deslocando para a Amazônia-acreana. Eram em sua maioria camponeses nordestinos que viviam no limite da exploração. Estes grupos sociais de trabalhadores estavam fundamentalmente formados por “excluídos” da estrutura agrária nordestina, que frente ao serviço de agenciamento de mão-de-obra desenvolvido pela empresa extrativista e pelo capital mercantil industrial financiador, eram recrutados para serem reinserido no processo produtivo na Amazônia, onde havia vastos campos de trabalho combinado a escassez de força-de-trabalho. É claro que não faltava propaganda enganosa que prometia além do trabalho, a riqueza fácil e acessível a todos.

Chegamos então a primeira afirmativa que queríamos pontuar: tratou-se de uma migração de força-de-trabalho camponesa, recrutadas em praticas de peonagem que, na Amazônia produtora do látex, não foram recriados como tal inicialmente, mas sim como “trabalhadores compulsórios”, verdadeiros “escravos por dívidas”. Mas aí reside a base para a formação e recriação camponesa posterior.

### *Do “trabalho compulsório” ao princípio da recriação de um campesinato*

Partindo então destas averiguações, podemos admitir que os trabalhadores nordestinos trazidos para o Acre foram submetidos a um sistema de trabalho em que recriava formas semi-escravas num processo de reprodução capitalista na Amazônia. Aí a tradição camponesa do migrante, sua autonomia, sua prática em cultivo, sua economia de subsistência e até sua tradição familiar foi suprimida, ao torná-lo seringueiro, um trabalhador exclusivo da extração da borracha para o seringalista, nos período de grande aceitação deste produto no mercado.

---

<sup>5</sup> O termo “trabalho compulsório”, ao qual concordamos foi designado por Silva (1982) no sentido de trabalho em que os seringueiros eram homens compelidos a produzir em excesso, sob relações de trabalho coercitivas e de constante endividamento.

<sup>6</sup> O termo “escravos por dívidas”, que entendemos ter um caráter complementar e explicativo ao de “trabalho compulsório”, conforme Martins (1997, p. 85) define-se como o “trabalho sob coação, ou seja, são formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador produzidas em momentos de circunstâncias particulares da reprodução do capital”.

O caráter deste sistema de trabalho e a forma contraditória em que se colocavam estes dois sujeitos sociais no contexto produtivo do sistema de aviamento<sup>7</sup>, foi ressaltado por Abguar Bastos (In: COSTA, 1940, p. 13), nos seguintes termos:

Entre o proprietário da ‘margem’ e o homem [...] do ‘centro’, a diferença era esta: um suava em meditação, o outro em sangue. Um devia dinheiro, o outro a vida. Um caía e levantava, o outro caía e rastejava. Um podia ter dinheiro, outro devia ter obrigações. Um sofria reclamando e exigindo, o outro sofria agradecendo e humilhando-se”.

Entende-se aí como homem da margem o seringalista e homem do centro o seringueiro. O termo margem e centro fazem referência a localização com relação ao rio, principal via de entrada e saída na região. Nisto mostra-se que o processo de endividamento também ocorria noutras escalas além do seringal, porém o seringueiro era o elo mais explorado da corrente produtiva, e quem realmente, produzia riqueza, mas que não ficava com nada, ou melhor, somente com as dívidas. Contudo no sistema produtivo, o seringueiro mesmo sendo o elo mais suscetível a exploração, era também o elemento mais ligado a terra - a floresta, de que se torna rapidamente um pleno conhecedor.

É neste caráter do sistema produtivo em que se reprime qualquer possibilidade destes trabalhadores de se ocuparem em atividades de cultivos que, esses sujeitos sociais mantêm sua relação com a terra e conservam seus valores sertanejos no contexto da floresta. Acreditamos que isto se comprova no processo, pois em meio a população seringueira a condição sócio-cultural e econômica camponesa pré-existia ao contexto produtivo do seringal. Temos, então nos momentos de crises da produção extrativista da borracha, um afrouxamento destas relações e a possibilidade de emergir a autonomia do trabalhador seringueiro e da recuperação de suas tradições camponesas.

### *As marcas da agricultura*

Durante os conflitos contra a Bolívia, como efeitos do recrutamento de trabalhadores para a batalha, foi dado o direito a muitos seringueiros de romper com o centro. Para estes indivíduos, esta liberação parcial poderia significar que após a guerra fosse possível um rompimento com as fortes amarras que os prendiam cruelmente ao sistema produtivo do seringal. Isto fora aceito como uma resposta afirmativa a integrar a batalha, na defesa de seu território e na expectativa de conquista da liberdade que ainda não tinham.

Segundo Abguar Bastos (In: COSTAS, 1940) no âmbito da luta frente ao problema econômico do seringal, o êxodo do centro para a margem tornou-se cada vez mais numeroso. Com isto em meio ao ambiente de guerra, criava-se a necessidade de acomodar famílias e seringueiros em áreas mais próximas aos rios e vilarejos e isto gradativamente foi se tornando

<sup>7</sup> Esse sistema funcionava como uma rede articulada de fornecimento que ia desde o seringueiro até o capital financiador, que conforme Silva (1982, p. 24), consistia em “relações de produção que articulavam o seringueiro, seringalista, aviador e o exportador como agentes participantes de um processo que funcionava sob a dominação imediata visível do capital mercantil (...), e o grande capital industrial das potências que fazia funcionar a empresa do seringal nativo, isto porque as casas exportadoras estavam diretamente ligadas ao capital monopolista internacional e era este que em última instância detinha controle do sistema de aviamento”.

pressões sobre as lideranças revolucionárias. Diante do problema criado e da necessidade por alimentos para parte da população, passou-se a isentar do serviço nas forças revolucionárias, todo o seringueiro que quisesse dedicar-se a lavoura. Esta era a oportunidade que muitos seringueiros aguardavam. Todavia, esta medida tomada pelo comando da revolução tinha um sentido extremamente estratégico, pois viria afastar a possibilidade de terem que lutar também contra a fome em plena batalha.

Já no contexto da luta, havia um significado maior para seus agentes:

Para Plácido de Castro, a agricultura do milho e do feijão era uma forma de guerra contra a fome, para o cearense plantador isto era uma forma de guerra contra o regime florestal. De uma maneira que duas mobilizações específicas se delimitavam na hora da luta armada: a da frente contra o estrangeiro e a da retaguarda contra os ‘centros’. (BASTOS In: COSTA, 1940, p. 42)

No contexto da reconstrução de seu imaginário social, o roçado que se plantou tinha uma significância fundamental: “com o roçado era possível a barraca. Com a barraca a mulher e os parentes. Com a mulher os filhos. Com a família a aplicação das leis teológicas que forravam a moral dos seus costumes” (BASTOS In: COSTA, 1940, p. 43). Com a terra na “margem” tinha-se o rompimento com o “centro”.

Num relatório da época elaborado por Plácido de Castro (líder de “Revolução Acreana”), este apontava que após a Guerra, o cultivo da terra passou a ser uma realidade praticada por grupos que se deslocaram para as margens dos rios tendo por base o trabalho familiar (BASTOS In: COSTA, 1940).

O significado disto foi o surgimento de uma incipiente agricultura de subsistência já nos primeiros anos do século XX. Com isto podemos falar do início de uma diferenciação entre os trabalhadores com o surgimento de uma pequena classe de trabalhadores mais autônomos que não viviam mais exclusivamente de atividades extrativistas, mas trabalham com a agricultura de subsistência e complementam sempre que possível com a coleta da seringa da castanha, com a caça etc.

Do ponto de vista político de uma ocupação efetiva, esta recolocação desse pequeno grupo tem um significado proeminente para a formação econômica e territorial do Acre, pois “com o roçado ensaiava-se a pequena propriedade. O homem da seringa ressurgia todos os anos no homem da lavoura. Mas o essencial é que, resolvido a plantar, estava, para o nordestino, resolvido à permanência” (BASTOS In: COSTA, 1940, p. 44). Este princípio da agricultura seria depois confirmado com a criação das primeiras colônias agrícolas no município de Rio Branco:

Quadro 1: Primeiras colônias agrícolas implantadas no município de Rio Branco.

Nome	População assentada	Ano de implantação
Colônia Gabino Besouro	160	1908
Colônia Deoclesiano de Sousa	85	1912
Colônia Cunha Vasconcelos	33	1913
Total	278	

Fonte: Guerra, (1955, p. 123).

Com isto pretendemos mostrar o princípio de formação de um campesinato em que resgatava o trabalho familiar agrícola, mas que, entretanto, não significou grande expressividade enquanto força social, até a integração do Acre no contexto da frente pioneira agropecuária já nos anos de 1970. Com isto, não se pode negar que nas décadas de 1920 e 1940, por exemplo, foram implantadas várias colônias agrícolas em todos os municípios do então Território Federal. Para a análise aqui isto nos basta, queremos apenas apontar para esta diferenciação de um tipo camponês que aí começou a ser recriado, ganha corpo nas décadas seguintes, mas somente após 1960, tem uma representação maior, como foram denominados de “colonheiros”, diferenciando do típico trabalhador seringueiro. Este sujeito social, entretanto, foge ao objetivo deste trabalho em que estamos tentando apenas entender a diferenciação social ocorrida entre os grupos seringueiros, na sua constituição e recriação como um tipo social camponês que se reproduz na floresta.

### *O seringueiro: quando as amarras se afrouxaram*

Com o término da guerra, para a maioria dos seringueiros não terminou o sistema de endividamento que vivia nos seringais, o trabalho compulsório volta a reinar, e muitos homens tiveram que retornar aos seus postos no centro. Nos seringais, quase tudo voltava a ser como era antes, seringueiro sem autonomia, preso ao patrão por dívidas.

Por volta de 1912, a borracha nacional começava a sentir fortemente o peso da produção concorrencial da produção asiática, plantada com sementes contrabandeada do Brasil pelos ingleses em suas colônias no sudeste da Ásia. A crise abate sobre a economia amazônica, muitos seringais são abandonados, outros são arrendados e grande parte dos seringalistas se retraem para proteger suas economias da miséria que ameaça a região. A migração, sobretudo de seringalistas e seus auxiliares mais próximos para as principais cidades regionais é bastante intensa; isto também ocorre entre a população seringueira, porém em menor quantidade, pois poucos tinham condições para fazer viagem de tão grande distância. Entre a população seringueira houve intensa mobilidade, em especial, para os arredores das cidades territoriais ou saindo do centro para colocações mais próximas aos rios. De qualquer forma, com estes movimentos ficou evidente com o acentuado decréscimo da população ocorrido em vinte anos, tal que em 1920 o Território Federal do Acre tinham uma população de 92.379 habitantes e em 1940 esta população cairia para a casa dos 79.768 habitantes (SILVA, 1999).

Para nós este período é muito importante. É neste período de crise e de grande extensão de miséria sobre a região, quase com a falência dos seringais, que a mão-de-obra seringueira é liberada parcialmente das relações que as prendiam severamente aos seringais. Assim, para se ver livre da obrigação de aviar seus trabalhadores, os seringalistas e arrendatários, concedem aos seringueiros que plante suas subsistências e complemente sua economia com atividades extrativistas que, contudo não havia encerrado (diminuiu o mercado, porém não se esgotou). É também neste período que a figura dos marreteiros, comerciantes que com seus regatões percorriam os rios negociando com a população, começam a ganhar maior relevância, e contribui ainda mais para quebrar o sistema de exploração que havia nos seringais, sem negar que estes comerciantes também exploravam os seringueiros.

No âmbito geral dos processos que envolviam os grupos sociais de seringueiros, podemos dizer, seguramente que é neste período que ocorre grande diferenciação social interna. Estes trabalhadores, gradativamente, sem deixar as atividades extrativas e a vida na floresta, vão ganhando autonomia para produzir. É aí que podemos dizer, então, que seus legados de camponeses sertanejos, serão recriados nos hábitos de cultivos agrícolas, nos tratos a terra, nos mutirões (adjuntos), nos tipos alimentares, nos ritmos de seus cantos e músicas, na fé católica, na hospitalidade do seringueiro, na composição familiar, e até no nome dados aos lugares que relembra o Nordeste. Por isto entendemos que é neste momento de crise que os seringueiros firmam-se nos seringais e são recriados e se recriam como camponeses no interior da floresta, tendo sua base produtiva tanto socioeconômica como sócio-cultural a colocação – sua posse de terra, meio de produção primordial e, o extrativismo da borracha e da castanha (no vale do Purus) como atividades de subsistência, complementadas com pequenos roçados de lavouras. No arcabouço geral das relações que aí se travavam, tem-se a formação de um modo de vida específico de povos da floresta que se reproduz por valores herdados do longínquo Nordeste e que também absorve outro provindo dos habitantes nativos da região. A terra, ou melhor, a floresta mais que um valor de capital tinha um valor de ser seu lócus de vida social, profissional e cultural: era da floresta que ele retirava seus produtos, sua alimentação, seu trabalho, seu remédio, mas também suas crenças, seus medos, suas fantasias e o sentido para um convívio humano/natural que em seus conflitos se complementavam – nisto reside à identidade deste camponês.

### *À guisa das primeiras conclusões*

Diante do exposto, podemos dizer que aí já se desenhava a possível demarcação da recriação de um campesinato acreano que se tipifica em dois grupos: um bem menor que procurou colocar nas áreas de mais fácil acessibilidade, estruturando se predominantemente com o trabalho familiar em atividades agrícolas de subsistência (às vezes complementados por atividades extrativas natural), que se iniciam ainda durante Revolução Acreana e ganha maior expressividade nas décadas seguintes com a implantação de colônias agrícolas pelo poder público do território – os “colonheiros” (regionalmente, ainda designa aquele trabalhador que vive em colônias e pratica, em especial a agricultura de subsistência). Tem uma situação jurídica ligada a terra, reconhecida, pois já por volta de 1940, obtiveram documentos da terra, que podem ser as “licenças de ocupação” ou até mesmas escrituras públicas.

O outro grupo bem mais numeroso que apontamos são os seringueiros que permaneceram nos seringais mesmo após as crises econômicas que assolaram a região. Estes não abandonaram a extração do látex e da castanha (no vale do Purus), todavia iniciam também pequenos cultivos voltados para sua auto-subsistência e do seringal. Partes destas pequenas produções agrícolas e todas as produções extrativas seriam negociadas aos arrendatários dos seringais ou com os marreteiros. Sua situação jurídica na terra não é reconhecida, mesmo naqueles seringais que ficaram abandonados, mas firmam-se como posseiros. Enquanto posseiros, são agentes bastantes diferentes desta categoria de trabalhadores que povoaram

o interior do Brasil, não são produtos de uma frente de expansão como ocorre nas áreas limítrofes da Amazônia com o Nordeste, mas são resquícios de um processo de relações recriadas pela frente pioneira extrativista do século XIX, que os puseram na Amazônia sob um regime produção e de trabalho de intensa exploração. Somente com a derrocada deste sistema produtivo com a perda de mercado da borracha, que para não arcar com as despesas dos seringais, os agentes da frente pioneira se retraem, buscam proteger suas economias e possibilitam que estes trabalhadores se reproduzem com autonomia. Aí ocorre então a recriação do campesinato na floresta no âmbito de uma produção agroextrativista, ainda submetida a severas condições de vida no seringal e no isolamento da mata.

### **A condição camponesa do seringueiro: o homem, o tempo e o espaço no processo de formação socioeconômico acreano**

O campesinato como uma categoria social de trabalhador que perpassou a todos os modos de produção social, político e econômica, tem mostrado a resistência de um grupo social se rege por uma lógica própria, mas possui uma dinâmica sofisticada que o capacita tanto se recriar como ser recriado em diversas circunstâncias, diversas dimensões espaço/temporal. Estas características somente podem ser apreendida na visão de suas contradições em que a aparente fragilidade que o torna suscetível à espoliação, pode ser revertida em processos que o reconduza ao retorno a terra ainda que distante de seu torrão natal, seja através de políticas de colonização e assentamentos, seja através da divisão e realocação de parte das famílias, seja por organização camponesa de luta pela terra ou para permanecer nela; aí sempre reencontram com sua condição sócio-cultural de autonomia, trabalho familiar e relação direta com a terra, no contexto produtivo que se reproduzem. Entendemos que processos semelhantes a estes têm sido constantes na vida dos camponeses seringueiros que aqui estamos tratando.

O campesinato para nós deve ser entendido como uma formação social de trabalhadores agrários que dispoem do trabalho familiar e simples equipamentos produz, sobretudo para o auto-sustento de sua família (SHANIN, 1983). Isto significa como explica Shanin (1983, p. 276),

Uma definição deste tipo implica por um lado uma relação específica com a terra e por outro a exploração familiar campesina e a comunidade rural como unidade básica de interação social, assim como sua estrutura ocupacional própria, umas influências particulares do passado históricos e umas pautas específicas de desenvolvimento. Tais características nos conduzem assim mesmo a algumas das peculiaridades de sua posição na sociedade e da tipicidade de suas formas de ação política. (tradução livre do espanhol)

Partindo desta visão conceitual e defrontando-a com a análise histórica que fizemos até aqui, podemos então caracterizar a condição camponesa do seringueiro. Condição esta que como já demonstramos provém de sua origem sertaneja nordestina, recriada noutra contexto

socioespacial na Amazônia, a partir do final do século XIX, perdurando ao longo de várias décadas do século XX. Da crise política com a Bolívia teve-se a diversificação do trabalhador seringueiro que permaneceu em trabalhos compulsórios nos seringais e o surgimento de um incipiente campesinato de agricultores e criadores nas áreas mais próximas aos vilarejos voltadas para a subsistência e a produção de pequenos excedentes para o iniciante mercado local. O acesso a terra a estes últimos, garantia certos privilégios por ter maior poder de decisão sobre seu meio de produção essencial: as colônias que moravam, seus poucos equipamentos e sua produção, garantiam uma certa autonomia não se subordinando diretamente ao patrão como acontecia com o seringueiro no seringal.

Embora como já mostramos no período de 1920 a 1940 tenha ocorrido uma perda considerável de população, podemos seguramente dizer que a população rural que permaneceu no campo majoritariamente continuou a dedicar-se a atividade ligada ao extrativismo. O início da crise foi por volta de 1912 tendo seus momentos mais críticos na década seguinte, entretanto superado o impacto da crise na economia local, aqueles grupos que não migraram tiveram que buscar alternativa de sobrevivência; e, assim ao longo de alguns anos chegou-se a uma certa estabilidade no plano socioeconômico agrário na região. Esta possível estabilidade seria quebrada por volta de 1939 a 1945, quando por ocasião da segunda Guerra Mundial os seringais são reativados e muitos migrantes, “soldados da borracha” foram trazidos para o Acre; após o final da Guerra, cessa este fluxo, mas grande parte destes migrantes ficam na região indo dedicar a trabalhos nos seringais e nas colônias agrícolas. Após 1945 e até o início da década de 1950, houve um pequeno fluxo de migrantes que vieram do Nordeste para a região com a família. Em tudo isto o que vimos foi ampliação dos grupos de trabalhadores familiares em atividades voltadas para a subsistência. A auto-subsistência destes grupos nem sempre significou grande fartura, mas significava a condição de produzir para si próprio ainda que fosse vivendo no limite da sobrevivência.

Os seringueiros, enquanto um tipo social camponês, trouxe traços específicos que delimita em parte sua condição como sujeito sócio-cultural no contexto e grau de envolvimento mais amplo com a sociedade humana que espacialmente o integra. Sua relação direta é com a terra, mas não como propriedade jurídica, é um posseiro que foi rompendo com as fortes amarras que o prendeu no sistema produtivo dos seringais e, por longo tempo, seu domínio direto sobre sua colocação não foi questionado. Na construção de seu imaginário social, sua dependência da floresta lhe tornou relativo à questão da propriedade da terra, já que o domínio sobre ela historicamente não era uma condição posta em dúvida por outrem no contexto da vigência da produção frente extrativista<sup>8</sup> nos seringais, isto é, até início da década de 1970.

Nisto entendemos então que o tempo e o espaço destes camponeses se regulava por uma lógica diferente do vigente em outras tipificações camponesas mais arraigada a terra com seu domínio total, como o caso de grupos de pequenos agricultores. A terra vale enquanto sítio florestal e isto se expressa por uma valoração sentimental e moral que não podem ser

---

<sup>8</sup> É bom lembrarmos que conforme explica Shanin (1983), não se necessita obrigatoriamente da existência da propriedade da terra para se estabelecer de fato a existência de um campesinato, mas sim do domínio da terra (terra de trabalho) pelo camponês, mesmo que como posseiro.

expressas em preços fixados em valor moeda. Entendemos que aí reside um aspecto da contradição entre o significado do espaço da floresta para o seringueiro que se caracteriza por um sentido econômico moral como parte de sua vida, num construto de relações de conflitos e acertos com a floresta, do significado para o seringalista que, por exemplo, se expressa em valor monetário<sup>9</sup>. Este contexto de significações é que dá a base para a formação do seringueiro/posseiro acreano o que por sua vez terá grande importância nas lutas de resistências destes camponeses quando esta sua condição existencial passa a ser questionada e usurpada no conjunto das transformações que começam a correr no espaço agrário acreano a partir da década de 1970. São nestas significações que reside à força da resistência à sua expropriação e a destruição da floresta, as ações dos empates e até a conquista das reservas extrativistas após muitas lutas nas décadas de 1980-1990.

Nesta conjuntura ganha significância a explicação que o sindicalista Sr. Otávio Nogueira que nos expressou em uma entrevista no ano de 1998, em que recordando os momentos de opressão dos fazendeiros para que saíssem da terra que haviam comprado, ele contra-argumentava que não podia sair da terra, sabia que não tinha documento escrito, mas o documento maior de sua posse era sua própria família que ali residia por várias décadas e seus filhos que ali haviam nascidos.

O tempo do seringueiro variava em sua dimensão cronológica e de localização social no âmbito do desenvolvimento do seringal. Parece-nos que aqui temos que distinguir a partir de sua condição em trabalhos compulsórios e sua gradativa liberação nos momentos de crise do seringal, para caracterizarmos melhor seu tempo de trabalho.

Para o seringueiro sob o “trabalho compulsório” seu tempo de trabalho estava regulado pela super-exploração que o submetia no processo produtivo do seringal. Sua atividade de trabalho normalmente iniciava-se de madrugada com a saída para as estradas de seringa, sendo que no decorrer de todas as etapas de corte, colhimento e de tratamento do látex, suas atividades poderiam se prolongar até às primeiras horas da noite. O endividamento também impunha ritmos para a produção, isto significava que em caso de grande pressão por parte do patrão, o seringueiro se via obrigado a aumentar o horário de trabalho. Aqui o tempo é dinheiro, ainda seja, tempo de trabalho semi-escravo.

Para os seringueiros/posseiros a partir de sua firmação como camponeses, o tempo de trabalho está muito mais relacionado à garantia de sua subsistência do que propriamente às necessidades econômicas do patrão. O grau de auto-exploração depende do nível de necessidade que este camponês ao ser recriado, necessita para o seu mínimo de bem estar. Isto, todavia, varia sazonalmente no ano de trabalho em que nos período de estiagem predomina intensamente as atividades extrativas da borracha e trabalhos em roçados; no período chuvoso o extrativismo da castanha e o plantio de roçados<sup>10</sup>. Há uma divisão do trabalho

<sup>9</sup> Quero ressaltar que estas reflexões sobre uma economia moral, o tempo e o trabalho social do seringueiro, tem nos parecido mais claro após leituras de Thompson (1990, 1998), que nos dois trabalhos que aqui referimos traça uma importante análise desta característica entre os trabalhadores ingleses do século XIX. Contudo, não queremos subscrever este trabalho como uma construção “thompiana”.

<sup>10</sup> Conforme Guerra (1955, p. 153), “a produção diária [...], é geralmente maior quando a planta é cortada de madrugada. A melhor época da coleta da coleta do látex é durante o estio, porém a fase de melhor produção seria durante o inverno. No período das chuvas – dezembro a março – o caboclo não extrai o látex e nas zonas próximas de castanhais eles se dirigem para a coleta de castanha”.

em que, geralmente o chefe da família ou o filho mais velho se encarrega das atividades extrativas e os filhos mais novos, as filhas, a esposa se encarregam das atividades nos roçados. Mais recentemente, uma prática comum tem sido a de trabalhar com meeiros; neste caso o meeiro assume totalmente as atividades extrativistas e a família que o recebe, assume seu sustento; ao final da produção divide-se tudo (produtos extrativos) em partes iguais (Centro de Desenvolvimento....., 1979).

A característica do trabalho familiar entre os seringueiros nos anos que antecederam a década de 1950, deve ser entendida dentro da limitação para a constituição de uma família nos padrões convencionais de nossa sociedade. Os fluxos migratórios tiveram inicialmente um caráter predominante masculino, pois o que se buscava era mão-de-obra e muita produção. O elemento feminino era raro e as poucas famílias que havia, estava na sede dos barracões, eram os trabalhadores da burocracia do seringal como guarda livro, comboieiros etc., ou ficava nas cidades e vilarejos. Por isto os camponeses seringueiros, às vezes, iniciava-se em sua colocação um trabalho sozinho até que aparecesse a companheira<sup>11</sup>. A família sucede sua condição de trabalhador, porém a condição moral para constituí-la antecede a própria mobilidade para a região. Aí o grau de vizinhança, geralmente torna-se elemento fundamental, quando um homem solteiro se avizinha de uma família constituída (especialmente quando tinha filhas) para conseguir uma esposa. No âmbito geral, ao formar a família e plantar a lavoura tem-se a condição fundamental para a sedentarização do homem amazônico-acreano, do qual o posseiro seringueiro é sua mais pura expressão.

### Signos da vida na floresta

Parece-nos que a grande diversificação na vida dos grupos sociais de seringueiro refere-se às mudanças da condição de trabalhador escravo por dívida para a de camponês, que redefine gradativamente seu papel social numa sociedade que territorialmente também redefine seu espaço. O seringueiro define seu tempo de trabalho, no seringal, na expressão do volume de sua produção que entregava ao seu aviador (seringalista ou marreteiro) com quem estava sempre em dívida. Sua produção era medida (pesada) anualmente (janeiro a janeiro), porém, o não cumprimento ou o “corpo mole” para com o serviço os colocava no caminho dos jagunços (os cabras). Com o aumento de sua autonomia, estes seringueiros não se livram destas situações por total, mas paulatimamente assumem maiores responsabilidades pela própria quantidade e pela qualidade do que produz. Neste contexto, ao ter mais controle sobre suas áreas e os meios de produção o seringueiro, teve ampliado o controle sobre seu

---

<sup>11</sup> Arthur Cezar Ferreira Reis (1953, p. 123), explica que “a presença da mulher nos seringais [...], passou a constituir mais uma página do sistema. Os seringueiros, no seu infortúnio, encomendavam aos ‘patrões’ e estes a ‘casas aviadoras’, mulheres como encomendavam gêneros alimentícios, utensílios, roupas etc. Verdadeiras mercadorias entravam nas contas, escrituradas pelos guarda-livros como qualquer outro objeto de uso diário [...]. Essas partidas de mulheres não eram, contudo, abundantes. E só chegava na base das posses dos seringueiros. Com a modificação geral das condições existenciais nos seringais, a presença da mulher passou a ser menos escassa. Os que possuíam famílias no Nordeste, à medida que os seringais perdiam o sentido de aventura [...], aos poucos foram mandando buscá-las. Suas filhas foram casando. E a base moral da sociedade dos seringais começou a dignificar-se, elevando-se e melhor estruturando-se”.

próprio tempo de trabalho<sup>12</sup>, o tempo do seringueiro é o tempo necessário para a garantia de sua sobrevivência, e isto para o seringueiro não era só o trabalho, mas também para a caça, para o lazer (jogos e festas), para o “dia-santo” etc.

Como temos visto, um signo importante que temos que considerar é sua relação com a terra. Para isto é bom fazermos uma distinção entre o sentido da terra/propriedade e a terra/trabalho no contexto do espaço agrário do seringueiro.

A propriedade da terra do ponto de vista jurídico<sup>13</sup>, era algo que não se cogitava para o seringueiro migrante nordestino, pois vinha trazido por um patrão que na viagem já os prendiam por fortes laços de dívidas, o que era suficiente para fazê-lo um servidor obediente. Vejamos o caso de João Gabriel (MELO, 1994), este “desbravador”, comandando um grupo de seringueiro avançou sobre terras indígenas, na região da atual cidade de Boca do Acre, no sul do Amazonas, colocou-as sob sua propriedade e nela seus seringueiros, e aí produziram muita borracha. A propriedade neste sentido, reconhecida pelo seringalista é encarada como terra de lucro (HEBETTE & MOREIRA, 1997), o espaço do seringueiro era espaço do trabalho, da produção.

Os seringueiros ao alcançar maior poder de autonomia, ampliam suas perspectivas de domínio sobre a terra firmando sua condição de posseiro na colocação como produtor familiar. A terra como propriedade, na sua compreensão e afirmação de seus valores de trabalhador familiar autônomo, pouco lhe preocupava, pois com a semi-falência dos seringais, por muitas décadas, isto não fora questionados. Estas condições ampliavam sua relação como a terra, porém esta seria vista como seu espaço de vida familiar e comunitário ou ainda enquanto base física em que assentavam suas colocações – agora como suas unidades produtivas. Assim, para estes trabalhadores, qualquer menção valorativa (não estamos referindo a preço) estava ligada a sua capacidade produtiva, quantidade de estradas de seringa, localização no centro ou na margem (grau de acessibilidade), a diversidade vegetal como, por exemplo, a castanha, o caucho, a copaíba, o açaí, a pupunha, madeiras de lei etc. Aí se nota o sentido da terra/trabalho, que referimos como o espaço que o seringueiro guardou ao longo de anos, reproduzindo-se por muitas gerações numa economia de subsistência, com pouco excedente, isolados nos confins da floresta. Neste contexto espacial, ainda que sob o sistema de monopólio do patrão sobre vida do seringueiro nas colocações, esse sentido da terra permitiu o desenvolvimento de uma sociabilidade com as famílias próximas (que em distâncias expressas em horas podiam chegar até a cinco horas<sup>14</sup> de uma colocação para outra), dado

<sup>12</sup> Conforme Oliveira (1982), dá-se para compreender que os seringueiros recuperando sua liberdade e tendo maior poder de decisão com a afirmação das posses e da autonomia nas colocações, começou a ter acesso a outros meio de produção e mais que isto, conquistou na prática a liberdade de movimento e de agir conforme seus vínculos históricos com a terra, o que por um certo tempo havia sido negado. Nisto ele construiu um novo sentido para seu tempo e seu espaço como trabalhador na floresta.

<sup>13</sup> O Brasil ao incorporar o Acre ao seu território estendeu sua legislação fundiária (Lei de Terras) também sobre o território dos recém-criados departamentos. O Decreto nº 10.105, de 1913 que regulamentava as terras da União declarava que as terras do Acre só poderiam ser adquiridas por compra conforme as especificações a seguir relacionadas: eram consideradas terras devolutas as que não se encontravam sob domínio particular, em uso público e as que não estavam compreendidas em concessões ou posses capazes de revalidações ou legalizações; reconhecia como legítimos os títulos expedidos pelos governos do Amazonas, da Bolívia e do Estado Independente do Acre, antes da fundação dos departamentos; estes títulos deveriam ser revalidados junto ao Ministério da Agricultura do Brasil que então expediria títulos de acordo com o novo modelo; seriam reconhecidas áreas excedentes às devidamente revalidadas desde que posses mansas e pacíficas em exploração e com moradia habitual do posseiro ou seu sucessor (BARROS, 1981).

<sup>14</sup> No “passo” (passadas) de um seringueiro uma hora de caminhada corresponderia no mínimo a seis quilômetros.

que no isolamento do centro qualquer situação às vezes era mais perto procurar o vizinho de que ir para a margem. Portanto, nessas relações estão também alguns pontos-chaves para a apreensão da autonomia e da formação da identidade coletiva destes sujeitos sociais, que dotado de tais identidades tem condições de se organizarem e politicamente fazer frente às forças poderosas que buscaram expropriá-los, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980.

Neste contexto geral, é preciso re-significar dois elementos que compõem este imaginário social do seringueiro no seu envolvimento com a terra: a floresta e o rio.

A floresta está na essência da vida destes camponeses. Suas vidas foram reconstruídas ao longo de gerações de convívio que se complementavam no sentido de uma relação sociedade e natureza na qual o grau de modificação da floresta era mínimo e o homem aprendeu usufruir dela sem ter que modificá-la profundamente. Aí se construiu uma identidade de homem da floresta da qual se deriva toda a luta em defesa desta, enquanto seu espaço de vida, espaço de produção e trabalho e de sociabilidade.

Então, podemos apreender o sentido da floresta para o seringueiro e sua concepção de mundo, como nos dois depoimentos a seguir:

O seringueiro, sindicalista e militante do PT de Xapuri, Raimundo Barros (1990, p. 23) fez esta reflexão:

A luta dos seringueiros é para poder permanecer na floresta. Para isso estamos dispostos a dar nossa vida. A Floresta Amazônica é nossa segunda mãe. Dela tiramos a nossa sobrevivência e também a sobrevivência de parte do Brasil e do mundo. Para nós, uma das coisas mais bonitas é quando acordamos de madrugada, nas noites de lua, deitados nas redes armadas nas salas de nossas casas, que são cobertas de palha, e a gente ouve o canto da coruja e o piado dos macacos que estão na floresta perto de nossa casa. Uma das maiores belezas é também os banhos que nós e nossos filhos tomamos nos rios da floresta. E como é gostosa a carne da caça preparada com leite das castanhas” (sic).

Chico Mendes (1990, p. 17-18), o mais notório líder seringueiro, em 1988 alguns meses antes de ser assassinado, expressou o sentido da floresta e o sentido político de suas lutas, na conquista das reservas extrativistas não apenas como um instrumento de preservar a floresta, mas de garantir o modo de vida e as condições existenciais para os seringueiros também no futuro:

Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário, o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês tem? E nós começamos a discutir além da questão da luta contra o desmatamento, nós começamos a apresentar a proposta alternativa para a conservação da Amazônia. Estas propostas se baseiam hoje na criação das reservas extrativistas. Os seringueiros não interessam e nem querem o título de propriedade, nós não queremos título nenhum e nem ser donos da terra, o que queremos é que a terra seja de domínio da União e de usufruto para os seringueiros, e dos habitantes da floresta. Nós apresentamos uma alternativa econômica viável quando colocamos a questão de se priorizar os vários produtos extrativistas que existem na Amazônia e que hoje estão ameaçados e nunca levados a sério pela política do governo brasileiro” (sic).

Os rios tiveram tão grande importância na constituição socioespacial da região que, como vimos eram as vias de comunicação e circulação de pessoas e mercadorias por longas décadas. O espaço dos seringais esteve marcado pela concepção da localização no centro ou na margem, tendo o rio como referência. Colocar-se na margem do rio significava estar em contato com o mundo local e fora do isolamento do centro da floresta. No espaço produzido, pode-se ver que todas as cidades e vilarejos que se originaram no período inicial da ocupação da região se deram sob o leito maior dos rios e riachos.

O seringueiro no domínio da floresta estabeleceu relações de usufruto das vantagens do rio e do espaço ribeirinho. O domínio sobre as águas permitiu-lhes ter caminhos que encurtavam as distâncias no seu mundo florestal; o rio forneceu alimentos; os barrancos dos rios tornaram-se solos férteis propícios a uma pequena agricultura temporária que não necessitava de desmatamento; o rio deu seu nome com o endereço, ou seja, fulano mora no Iaco, sicrano mora no Jurupari etc.

Além disto, rios e florestas povoam o imaginário social de seus habitantes na formação mítica das explicações de um mundo que o seringueiro tenta entender nas suas lendas, histórias e credices: todos os rios têm um poço da cobra grande; os botos encantados; o poço que suga as pessoas para o fundo; na floresta o caboclo velho não morre, vira mappinguari; o “caboquinho” da mata, ou ainda como o “pé redondo” que percorria as trilhas e varadouros no Seringal Sacado no município de Brasília etc.. Enfim tudo isto constitui um universo que ainda deve ser mais conhecido, sobretudo, no significado destas lendas credices na formação de espaço do seringueiro na floresta, o que, entretanto foge ao que aqui estamos analisando.

### Pontos para concluir

Tratar de um campesinato na floresta que se formou na região amazônica-acreana parece-nos ser peça fundamental para compreender a realidade atual destes dos diversos tipos de trabalhadores do campo que povoam o agrário desta parte do Brasil. Neste sentido a posição do seringueiro sempre nos “intrigou”, por vê-lo em suas dificuldades socioeconômicas e na persistência em suas lutas que vão além da simples reivindicação pela terra, o que os diferem dos colonos que busca a propriedade da terra que trabalham. Neste sentido, vemos ambos camponeses, porém bastante diversos.

Este campesinato é produto de vários processos de diversificação social de grupos camponeses desde que foram trazidos do Nordeste para a região amazônica e, submetidos à recriação de trabalhos “escravos por dívidas” nos seringais (não como a recriação de um modo de produção ultrapassado, mas como um artifício que demonstra a reprodução ampliada e contraditória do capital), até gradativa conquista de autonomia e caracterização como um camponês da floresta como tentamos entendê-lo. O seringueiro é feito “escravo por dívida”, e à medida que passa a representar “peso” para o sistema produtivo, gradativamente vai sendo liberado do “trabalho compulsório” e recriado com maior autonomia – aí esta o princípio da formação deste campesinato na floresta. A liberdade e autonomia não são, todavia dada ao bel prazer aos seringueiros, mas são conquistas que justifica o amadurecimento social e

político de grupos de trabalhadores que se diversificam ao longo do processo de formação econômica e territorial do Acre e, hoje se apresentam com proposta efetivas.

O seringueiro enquanto um camponês da floresta tem que ser visto não apenas como um trabalhador autônomo que se relaciona com a terra enquanto meio de produção essencial que é. Deve ser visto numa relação de significação das florestas, dos rios, dos pássaros, das caças, dos peixes e de todos os valores sociais e culturais dos que se expressa na sua territorialidade camponesa corporificados na *colocação*. Suas lutas pelas reservas extrativistas, por exemplo, são lutas pela garantia de continuar a viver como seringueiro, ou melhor, como homem da floresta.

## Referências

- BARROS, Glimes Rego. *A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá (1912-1915)*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981. 223p.
- BARROS, Raimundo. O seringueiro. In: *Revista Terra Livre*. Geografia e prática social, São Paulo: AGB/Marco Zero, 1990. n. 7. p. 9-21.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Um-pouco-antes e além-depois*. Manaus: Humberto Calderaro, 1977. 841p. p. 143-198.
- CALAÇA, Manoel. *Características da pequena produção no estado do Acre*. Rio Claro, 1983, 253p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – I.G.C.E., Universidade Estadual Paulista – UNESP.
- CALIXTO, Valdir de O. et al. *Acre: uma História em construção*. Rio Branco: FDRHCD, 1985. 223p.
- CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL DA UFMG. *A migração no conjunto da economia acreana*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1979. v. II, 201p. p. 202-329.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974. (Tradução para o espanhol: Rosa Maria Rússovich, 1ª edição original em russo, 1925)
- COSTA, Craveiro. *A conquista do deserto ocidental*. São Paulo: Nacional, 1940. 433p.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do território do Acre*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. 293p.
- HEBETTE, Jean, MOREIRA, Edma Silva. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. In: *Revista São Paulo em Perspectiva* – Brasil Agrário. São Paulo: Fundação SEADE, 1997. v. 11, n. 2.
- MARTINELLO, Pedro. *A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico*. São Paulo, 1985. Tese (Doutoramento em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, USP.
- MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: HUCITEC, 1997. 213p.

- MELO, Mário Diogo de. *Do sertão cearense às barrancas do Acre*. Manaus: Calderaro, 1994. 142p.
- MELO, Raimundo Lopes de. *Acre: um espaço em transformação*. Rio de Janeiro, 1991. 232p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. In: *Revista Terra Livre*. Geografia e prática social, São Paulo: AGB/Marco Zero, 1990. n. 7. p. 9-21.
- NASCIMENTO, E. Winter. *Rumo da terra: Rumo da liberdade* (Um estudo dos migrantes rurais do Sul no estado do Acre). Florianópolis, 1985. 145p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina.
- NUNES, Jersey de B. *Memórias de um seringueiro*. Rio Branco: Tico-tico, 1996. 294p.
- OLIVEIRA, Luís Antônio Pinto de. *O sertanejo, o brabo e o posseiro: a periferia de Rio Branco e os cem anos de andanças da população acreana*. Belo Horizonte, 1982, 145p. Dissertação (Mestrado em Demografia Econômica) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- REIS, Artur César Ferreira. *O Seringal e o seringalista*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953. 149p.
- SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo* (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza, 1983. 327p.
- SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recentes das terras do Acre: Movimentos de capitais, especulação fundiária e disputa pela terra*. Belo Horizonte, 1982, 115p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais.
- SILVA, Silvio Simione da. *A fronteira agropecuária acreana*. Presidente Prudente, 1999, 373p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista.
- SOUZA, Carlos Alberto A. de. “*Varadouros da Liberdade*”: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre. São Paulo, 1996. 305p. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.
- THOMPSON, Eduard. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998. 493p.
- THOMPSON, Eduard. P. O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial. In: SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). *Trabalho, educação e prática social*. Porto Alegre: Artes medidas, 1990. p. 44-93.

Recebido para publicação em março de 2006

Aprovado para publicação em maio de 2006

